



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2018.0000685241

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação nº 1000063-28.2017.8.26.0223, da Comarca de Guarujá, em que é apelante TAINÁ PEREIRA DAMACENA (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado LOCALFRIO S/A ARMAZENS GERAIS FRIGORIFICOS.

ACORDAM, em 9ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmo. Desembargadores COSTA NETTO (Presidente) e JOSÉ APARÍCIO COELHO PRADO NETO.

São Paulo, 4 de setembro de 2018.

Galdino Toledo Júnior

RELATOR

Assinatura Eletrônica

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DE SÃO PAULO
9ª Câmara de Direito Privado



Apelação Cível nº 1000063-28.2017.8.26.0223

Comarca de Guarujá

Apelante: Tainá Pereira Damacena

Apelada: Localfrio S/A Armazéns Gerais Frigoríficos

Voto nº 24.256

RESPONSABILIDADE CIVIL - Pleito de indenização por danos morais, fundado em incêndio em 66 contêineres controlado e administrado pela apelada - Contaminação da atmosfera local pela emissão de grande quantidade de fumaça e supostos gases tóxicos - Impacto ambiental que teria repercutido em sofrimento e prejuízos à saúde da população local, com bloqueios e evacuações das moradias - Improcedência decretada - Alegação de cerceamento de defesa - Descabimento - Ausência de especificação de provas pertinentes para o correto desate da controvérsia, mesmo quando instada a fazê-lo - Alegação de ser residente nas proximidades do evento - Inexistência de provas nesse sentido, até mesmo para testificar que estivesse à época naquele local - Aplicação da regra contida no artigo 373, I, do CPC - Ausência de nexo causal entre a conduta da ré e o dano reclamado pela demandante - Danos morais afastados, pois inexistente prova de lesão a direito da personalidade - Recurso desprovido.

1. Ao relatório constante de fls. 398/402, acrescento que a sentença julgou improcedente ação reparatória por danos morais, fundada em incêndio ocorrido em 66 contêineres do terminal I do Guarujá (margem esquerda do Porto de Santos), neles contendo diferentes produtos

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DE SÃO PAULO
9ª Câmara de Direito Privado



estocados/administrados pela empresa ré, fato que teria causado pânico, sofrimento e prejuízos à saúde da população local, com bloqueios e evacuações das moradias, ante a grande dispersão de fumaça tóxica na atmosfera.

Inconformado, apela a vencida, em apertada síntese, sustentando preliminar de cerceamento de defesa em face do julgamento antecipado, que deixou de oportunizar a produção de provas anteriormente requeridas, objetivando comprovar os danos sofridos, tanto que demonstrou ser moradora residente próximo ao local do incêndio. Também fez carrear a informação técnica nº 078/2018/CMN, fornecida pela CETESB (fls. 500/530 e 566/596), prova esta emprestada da ação de indenização 1000615-90.2017.8.26.0223, evidenciado não só a ilicitude do ato praticado, mas os danos sofridos pela demandante, tanto que resultou no auto de infração 1684662/2016, com imposição de multa. Além do mais, o próprio julgador monocrático admitiu o dano ambiental, fato que implica na responsabilidade objetiva da empresa ré de reparar integralmente as vítimas do acidente, pelos inúmeros transtornos causados pela inalação da fumaça. Dessa forma, insiste na continuidade da instrução probatória, pelo que

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DE SÃO PAULO
9ª Câmara de Direito Privado



descabida o julgamento antecipado do feito, pois o dano ambiental havido à população próxima ao pátio de armazenagem da ré foi fato público e notório, e que a autora inclusive juntou aos autos documento comprobatório de sua residência na região mais afetada pelos fatos, qual seja, o bairro Vicente de Carvalho (fl. 430). Logo, requer *“o provimento integral do presente recurso para anular, ou reformar, a r. sentença proferida, assegurando ao Autor o direito de produzir as provas que foram expressa e justificadamente requeridas, e tidas, pela própria sentença, como necessárias para o julgamento do mérito dos seus pedidos, sob pena de violação dos*

direitos garantidos pelos artigos 5º, incisos XXXV, LIV, LV, e 225, § 3º, da Constituição Federal; artigos 4º e 14, § 1º, da Lei 6.938/81; e, 319, 355, 356, 361, 369 e 370 e seguintes, do Código de Processo Civil, (...)” (fls. 422/447).

Recurso regularmente processado, com oferecimento de contrarrazões às fls. 534/557.

2. De início, não há que se falar em cerceamento de defesa ante o julgamento antecipado do feito,

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DE SÃO PAULO
9ª Câmara de Direito Privado



posto que suficientes para julgamento da lide os elementos de convicção dos autos, mostrando-se, ademais, inservíveis para a solução da controvérsia a coleta das provas protestadas genericamente a fl. 56 e reprisada em réplica (fl. 387), uma vez que não se prestariam a demonstrar os supostos transtornos psicológicos e danos à saúde experimentados pela autora para daí legitimar a tese de existência de ilícito indenizável a título de danos morais.

Sendo assim, estando perfeitamente delineados todos os fatos indispensáveis para o conhecimento da demanda, o julgamento antecipado do feito não viola os princípios do contraditório, da igualdade de tratamento das partes ou da ampla defesa, se entendeu o Magistrado dispor de elementos suficientes à formação do seu livre convencimento.

Aliás, é o que faculta a lei processual, por meio do seu artigo 370, daí porque a antecipação é legítima sempre que todos os aspectos decisivos da causa estiverem suficientemente líquidos para embasar o convencimento do julgador (RTJ 115/789).

Nesse sentido, a orientação oriunda do C. Supremo Tribunal Federal "*a necessidade da produção de*

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DE SÃO PAULO
9ª Câmara de Direito Privado



prova há de ficar evidenciada para que o julgamento antecipado da lide implique cerceamento de defesa. A antecipação é legítima se os aspectos decisivos estão suficientemente líquidos para embasar o convencimento do magistrado" (RE 101.171-8/SP).

Isto porque, o fato ensejador da reparatoria está fundado no suposto prejuízo extrapatrimonial experimentado pela autora, na qualidade de moradora da cidade de Guarujá, em razão de incêndio ocorrido em 14.01.2016, no terminal arrendado pela apelada (margem esquerda do Porto de Santos), ante o lançamento de grande quantidade de fumaça na atmosfera da região.

Dessa forma, pleiteia a esse título, nos termos da inicial, uma indenização no valor de R\$ 30.000,00, por conta da situação suportada de *"angústia, a aflição, o medo e a perturbação, física e psicológica, causada a qualquer residente próximo, não só quanto ao incêndio em si e sua extensão mas, principalmente, quanto aos efeitos da poluição irradiada e inevitavelmente inalada, por todos aqueles que trabalhavam ou residiam em suas proximidades"* (fl. 49).

Para lastrear sua tese colacionou um comprovante de residência (fls. 59 e 128) e notícias do acidente

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DE SÃO PAULO
9ª Câmara de Direito Privado



veiculado na mídia eletrônica (fls. 60/86).

Por sua vez, em defesa apresentada às fls. 141/166, a empresa ré não negou a ocorrência do incêndio, mas rechaçou que a autora tenha sofrido os alardeados danos, pois não demonstrados nos autos, tanto que, no que toca aos comprovantes de endereços mencionados acima (fls. 59 e 128), inservível como meio de prova, pois, *"(...) não comprova que a Autora residia ou encontrava-se, à época dos fatos, no Guarujá, muito menos em local próximo ao incêndio. Ressalta-se que o documento em questão aponta o endereço da sede social da associação de moradores do local, não constando sequer o nome da autora. Por sua vez, o documento de fl. 128 repete, de forma automática, que a autora reside na sede social da associação de moradores. Não há, assim, sequer prova nos autos de que a autora*

é moradora da cidade de Guarujá ou da vizinhança do terminal operado pela LOCALFRIO e, ainda que houvesse, não seria possível presumir que estaria ela no local dos fatos no dia do sinistro. Também não há prova de atendimento médico posterior à ocorrência do incêndio. Tudo isso prejudica em demasia o exercício

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DE SÃO PAULO
9ª Câmara de Direito Privado



do direito ao contraditório e à ampla defesa pela LOCALFRIO" (fls. 144/145).

Sustentou ainda que tomou as medidas necessárias para conter e minimizar potenciais danos decorrentes do incêndio ocorrido, apresentando a documentação de fls. 218/349, nele se destacando o Plano de Controle de Emergência e o Auto de Inspeção realizada pela CETESB.

Logo, a despeito do acidente, não se esta a discutir a responsabilidade da empresa ré pelo incêndio causado e a destilação de grande quantidade de fumaça nas regiões afetadas, mas perquirir se deste fato é possível estabelecer eventual nexó de causalidade entre o dano reclamado pela autora e a conduta da recorrida.

Negativa é a resposta, pois, a despeito de ser incontroversa a responsabilidade da empresa ré pela poluição do ar naquela oportunidade, a requerente não logrou comprovar (mesmo que se aplicasse a inversão do ônus da prova), que em razão deste, sofreu danos a sua saúde, acrescidos de transtornos físicos e psicológicos para justificar a indenização moral buscada.

Nesse passo, nota-se que, as indicações

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DE SÃO PAULO
9ª Câmara de Direito Privado



de provas que a demandante pretenderia produzir, além de solicitadas genericamente na inicial (fl. 56) e em réplica ofertada (fl. 387), assim como a informação técnica da CETESB (fls. 500/530 e 566/596), não se apresentariam para testificar, de forma categórica e específica que a ofendida sofreu sérios danos à sua saúde, decorrente da fumaça inalada no incêndio, ou, também foi obrigada a abandonar o imóvel por imposição das autoridades locais.

Nesse contexto, o processo é um deserto de provas, não passando as alegações da autora de mera retórica, posto que ausente elemento probatório verossímil a justificar, inclusive, a pretendida inversão do ônus da prova consagrado pela Lei Consumerista. Isto porque, deixou de se preocupar com a comprovação das suas alegações, não tendo se desincumbido satisfatoriamente do ônus trazido pelo artigo 373, I, do Código de Processo Civil.

Nesse contexto, como bem pontuado pelo julgador monocrático: " De início, anoto a absoluta desnecessidade de produção de provas, que fica indeferida, nos termos do artigo 370 do Estatuto de Processo Civil. E explico. A inicial descreve de forma confessada a aparente inobservância

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DE SÃO PAULO
9ª Câmara de Direito Privado



das regras de segurança propaladas pelas equipes da Prefeitura e de segurança locais, indicando a culpa exclusiva da vítima (causa excludente de ilicitude), fato que, sendo confessado, não demanda prova (artigo 374, inciso II do CPC). Ademais, os fatos objetos do pleito reparatorio estão inseridos naqueles que não estão passíveis de indenização, visto que configurados como inseridos nos decorrentes da própria vida em sociedade. Prolongar a instrução sem qualquer evidência de que as provas produzidas nos autos são inválidas é ato meramente protelatório que não está em consonância com os ditames do inciso LXXVII do artigo 5º da Constituição Federal. É preciso não confundir a garantia da ampla defesa com a chancela de atos processuais que apenas prolonguem o resultado final da lide. E eis exatamente o caso dos autos."

E acrescenta adiante: "Como dito, a própria inicial descreve diversas medidas preventivas tomadas pela Municipalidade e órgãos de segurança, fato que foi notório e de ciência da própria subscritora que estava na região na ocasião dos fatos (artigo 375 do CPC) e, observando todas as recomendações, nada sofreu. E, nos autos, não há sequer a descrição na inicial de forma detalhada e expressa como

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DE SÃO PAULO
9ª Câmara de Direito Privado



necessário de ocorrências médicas graves (internações, por exemplo) aptas a configurar danos maiores do que aqueles assimiláveis por qualquer cidadão comum." .

E continua: "Afinal, como já argumentado no preâmbulo desta sentença, cumpre-me esclarecer

que o Poder Judiciário tem sob sua responsabilidade diária diversos feitos com causas aptas a causar "o abalo emocional" narrado na inicial. São causas de menores abandonados por anos em abrigos infantis apesar do zelo e busca de interessados por adoção pelos vocacionados magistrados e servidores da área; ou de menores vítimas de violências sexuais indeléveis nas suas psiques; ou de consumidores com doenças gravíssimas e terminais que têm negados injustamente operações urgentes e ou tratamento de home care; ou de mães que buscam indenização em face de causadores de acidentes de trânsito que levaram a óbito seu companheiro e genitor de seus filhos menores entre tantas outras. Muitas destas ações já passaram nos feitos sob a responsabilidade

desta subscritora. Em resumo e diante

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DE SÃO PAULO
9ª Câmara de Direito Privado



observação da peça inicial, realmente, esta subscritora pode ter a real noção da amplitude do abalo emocional que a parte autora alega ter sofrido. E, assim, embora alegue incômodo, os fatos não poderiam ser considerados

como uma dor com intensidade suficiente para ensejar o reconhecimento da dor moral indenizável, notadamente porque não houve qualquer outra circunstância apta a ensejar danos de maior monta à honra objetiva ou subjetiva da parte autora. Apenas deve ser relacionado como dano moral a dor, o vexame, o sofrimento e a humilhação INTENSOS e DURADOUROS que fugindo à normalidade do cotidiano, causem aflições, angústias ou notórios desequilíbrios ao bem estar do indivíduo.” .

E conclui o raciocínio: “Foram centenas de ações ajuizadas na Comarca com petições modelares a respeito do acidente descrito na inicial (sem qualquer alteração fática e circunstancial de cada caso) e, assim, eis mais um caso que reforça o entendimento desta subscritora de que a atual sociedade pátria banalizou o instituto do dano moral, que foi uma importante conquista da Constituição Cidadã de 1988. Afinal, segundo os dramáticos relatos em Juízo (alguns chegam a

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DE SÃO PAULO
9ª Câmara de Direito Privado



ser teatrais e compõem importante parcela do acervo desta Vara Cível), todos sofrem com os mais banais fatos do cotidiano. Das duas uma: ou as partes imaginam estar diante de uma espécie de loteria ou os cidadãos do mundo de hoje estão muito sensíveis, não tolerando qualquer simples alteração da vida comum, seja ela um simples tropeço na rua, uma discussão particular entre indivíduos vizinhos ou um normal acidente de trânsito. Todas estas situações são passíveis de sujeição a qualquer indivíduo, sem que as suas rotinas e suas saúdes mentais sejam abaladas. Para evitar futuras e futuras arguições de nulidade, amparada nos requisitos do artigo 489, §1º do Código de Processo Civil, anoto, desde já, que todas as soluções jurídicas abrangidas por esta sentença afastam todas as outras arguidas pelas partes no curso da lide, especialmente, porque incapazes de infirmar a sentença final, nos limites argumentativos exigidos pelo referido dispositivo. No mais, 'o julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. A prescrição trazida pelo art. 489 do CPC/2015 veio confirmar a jurisprudência já sedimentada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DE SÃO PAULO
9ª Câmara de Direito Privado



capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida'(STJ - EDcl no MS 21.315/DF)" (fls. 399/401).

Nessas condições, não demonstrado o direito de reparação moral por falta de nexo causal entre o evento danoso e os supostos prejuízos experimentados pela autora, descabida a indenização extrapatrimonial perseguida.

Em casos semelhantes, já decidiu esta Corte: *"Ação de indenização por danos materiais e morais — Cerceamento de defesa — Não configuração — Prova genericamente requerida — Dano ambiental — Incêndio em armazém açucareiro — Legitimidade passiva reconhecida — Mercadoria armazenada de propriedade da requerida — Legitimidade ativa da postulante reconhecida — Preliminares rejeitadas — Responsabilidade objetiva do causador do dano ambiental — Necessidade de demonstração dos danos e do nexo de causalidade — Prova insuficiente — Ausência de demonstração de redução de rendimentos — Possibilidade de exercício da pesca artesanal em outras localidades — Danos morais não caracterizados — Ausência de mácula a um dos atributos da personalidade humana — Afastamento do dever de indenizar — Sentença de improcedência mantida — Recurso não provido. Nega-*

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DE SÃO PAULO
9ª Câmara de Direito Privado



se provimento ao recurso" (3ª Câmara de Direito Privado ?
Apelação 1017347-07.2014.8.26.0562 ? Relatora
Desembargadora Marcia Dalla Déa Barone).

Ou ainda: "NULIDADE - Cerceamento de
defesa - Julgamento antecipado da lide - Possibilidade do juiz
dispensar a produção de provas - Conjunto probatório suficiente
- Princípio do livre convencimento motivado - Aplicação do
artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil - Preliminar
rejeitada. NULIDADE - Ausência de fundamentação - Não
caracterização - Presentes os requisitos do artigo 458 do
Estatuto processual civil - A fundamentação coerente com o
dispositivo não afronta o comando do artigo 93, inciso X, da
Constituição Federal - Precedentes do C. STJ e do E. STF -
Preliminar rejeitada. INDENIZAÇÃO - Incêndio em terminal
portuário açucareiro - Impacto ambiental - Pescador artesanal -
Alegação de diminuição dos lucros na exploração da atividade
pesqueira - Não comprovação dos prejuízos alegados - Danos
morais não caracterizados - Sentença mantida - Aplicação do
disposto no artigo 252 do Regimento Interno deste Tribunal -
RECURSO NÃO PROVIDO" (10ª Câmara de Direito Privado ?
Apelação 1017198-11.2014.8.26.0562 ? Relator

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DE SÃO PAULO
9ª Câmara de Direito Privado



Desembargador Elcio Trujillo).

Sendo assim, era mesmo de rigor o reconhecimento da improcedência do pedido inicial.

Para os fins do artigo 85, § 11º, do novo Código de Processo Civil, arbitro honorários advocatícios em favor dos patronos da apelada em mais 5% sobre o valor da causa (fl. 56 – R\$ 30.000,00), observada a gratuidade antes conferida (fl. 113).

3. Ante o exposto, meu voto nega provimento ao recurso.

Galdino Toledo Júnior
Relator